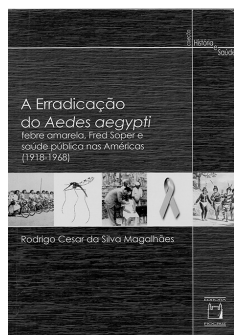


Erradicação do *Aedes aegypti*: novas perspectivas em cooperação internacional em saúde nas Américas

Eradication of Aedes aegypti: new perspectives on international health cooperation in the Americas

Paloma Porto

Pós-doutoranda, Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal de Minas Gerais.
palomaporto@gmail.com



MAGALHÃES, Rodrigo César da Silva. *A erradicação do Aedes aegypti: febre amarela, Fred Soper e saúde pública nas Américas (1918-1968)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. 413p. [Disponível em Scielo Books].

O alerta máximo diante da recente epidemia de microcefalia no Brasil está correlacionado ao zika, vírus mais temido transmitido pelo *Aedes aegypti* na atualidade. No entanto, outras doenças foram e ainda são transmitidas pelo mosquito, como febre amarela, dengue e febre chikungunya. O livro *A erradicação do Aedes aegypti: febre amarela, Fred Soper e saúde pública nas Américas (1918-1968)*, de Rodrigo César da Silva Magalhães, fruto da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa Oswaldo Cruz (Fiocruz), em 2013, constitui extensa e cuidadosa análise sobre a historicidade do combate ao vetor e traz contribuição inestimável ao estudo do controverso método de erradicá-lo, bem como do contexto político internacional em que foi utilizado.

A obra é dedicada a historicizar os primórdios da Campanha Mundial de Erradicação da Febre Amarela, implementada pela Fundação Rockefeller em 1918, passando por sua reformulação com a Campanha Continental para a Erradicação do *Aedes aegypti* nas Américas, sob os auspícios da Organização Sanitária Pan-americana (OSP) em 1947. O recorte final trata do impacto do abandono da campanha pelos EUA em 1968, causando a reinfestação do continente americano pelo mosquito. Na introdução, o autor apresenta seus personagens, bem como a estrutura da obra, centrada na perspectiva da continuidade entre as duas campanhas. Ao longo do texto, encontram-se os diálogos teóricos que impulsionaram o autor a problematizar a questão, a começar pelo tratamento dado pela historiadora Nancy Stepan aos programas como distintos em suas metas de erradicação (p.42).

Em análise consistente, o leitor encontra três argumentos significativos sobre o elo entre um programa e outro: primeiro, o protagonismo do médico sanitário Frederick Lowe Soper nas duas etapas; segundo, o uso norteador do conceito de erradicação; e terceiro, o argumento de Rodrigo Magalhães recai na importância dos sanitários brasileiros, inicialmente como

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702017000500020>

colaboradores da Fundação Rockefeller, na coordenação de todas as fases da campanha continental em diversas repúblicas americanas, por meio do Serviço Nacional de Febre Amarela. Diante da fortuna temática e analítica do trabalho, resenhá-lo em poucas linhas torna-se um desafio. Portanto, preferiu-se aborçar alguns traços fortes dos dois primeiros argumentos que embasam sua perspectiva da continuidade, quais sejam: a liderança de Fred Soper e o método da erradicação.

Frederick Lowe Soper, ou Fred Soper, é o personagem principal da obra. Motivado pela percepção de que sua memória ainda está presa à carreira operacional na saúde pública, Magalhães destaca o protagonismo político do médico norte-americano na articulação da cooperação interamericana nas Américas, tanto como representante da Fundação Rockefeller nas Américas no entreguerras quanto como diretor da OSP após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com a hipótese do autor, tal cooperação “foi construída em áreas como a ciência e a saúde, mais consensuais e menos propensas a conflitos, se comparadas com as esferas econômica ou política *stricto sensu*” (p.17), e Soper foi o ator-chave nesse empreendimento.

O autor faz das interações entre sanitaristas norte-americanos e latino-americanos, intermediadas pelas organizações internacionais, o fio condutor da sua análise, em diálogo com a historiografia mais recente, orientada pelo princípio da troca, em via de mão dupla, de relações políticas e conhecimentos médicos-científicos. Magalhães adota essa dimensão metodológica sobre os programas de saúde internacional, que recusa a dicotomia conceitual entre “centro” e “periferia” e aposta nas dinâmicas médicas locais de investigação e controle de enfermidades. Além disso, tal dimensão sublinha os processos de recepção, negociação e adaptação dos programas, produzidos por diversos atores e instituições em contextos sociais e culturais distintos, com os quais os estadunidenses tiveram que dialogar política e cientificamente, interpelando a “vertente imperialista” de interpretação.

Nesse sentido, Magalhães privilegia os traços da diplomacia de Fred Soper, seu talento para negociar e sensibilizar os chefes de Estado das repúblicas americanas. Soper foi, de fato, um político hábil e conseguiu adesão ao defender um plano que trouxe a reboque uma ação horizontal, ou seja, que intervinha nas questões estruturais e sociais dos países envolvidos. Para tanto, Soper utiliza-se da “retórica da Guerra Fria” de convencimento ao eleger o campo da saúde como o único investimento capaz de conter a penetração comunista, naquela circunstância. Percebe-se, também, uma motivação do autor em ir além das análises críticas a Soper, dominante na historiografia, e defender um perfil político do líder que, aliás, explica sua ascensão. O objetivo foi produzir uma apreciação mais equilibrada sobre Soper, fugindo da imagem exclusiva de autoridade intransigente. Isso não significa que o autor tenha obliterado a ambição como característica da personalidade do médico, pois, no seu texto, pululam circunstâncias de persistência em atingir a meta da erradicação a todo custo. Meta alcançada, diga-se de passagem, por 11 países do continente americano, incluindo o Brasil, em 1958.

A análise do autor é convincente ao mostrar que o conceito de erradicação embasava as duas campanhas, sendo inicialmente direcionado à doença, pela Fundação Rockefeller, e posteriormente focado no vetor, o mosquito *Aedes aegypti*, pela OSP. Menciona as controvérsias em torno do conceito na década de 1960, tanto pelos ambientalistas contrários ao uso do inseticida DDT como pelos entomólogos norte-americanos, que questionavam a radicalização em erradicar os insetos que mantinham em laboratório para fins de pesquisa. Mas o autor,

sem dialogar com a historiografia das ciências que trabalha com o conceito de controvérsias, relativiza esses eventos ao situá-los no meio de outras disputas nos EUA, em que os variados setores – pesquisadores, ambientalistas e o Estado – recorrem ao contraponto até culminar no abandono total do programa. Argumento polêmico, decerto, e longe de encerrar o debate.

Por fim, Magalhães parece ter razão ao tentar demonstrar que as controvérsias científicas não foram as únicas causas da derrocada do programa norte-americano. O trabalho de inspeção e pulverização no interior das residências, métodos utilizados em outros países da América, foi um grande complicador, pois esbarrava nos valores símbolos da sociedade americana: direito à propriedade e à privacidade. O apelo insistente de Soper, em nome de décadas de trabalho árduo, e o “olhar incrédulo dos especialistas em saúde pública do continente” (p.314), diante do desmoronamento do programa, não impediram a reinfestação de todo o continente americano.

Com conclusões inquietantes, a obra constitui leitura indispensável aos pesquisadores do tema, profissionais que elaboram políticas de saúde coletiva e ao público leitor mais amplo. É um convite à reflexão de alta complexidade baseada em sólida pesquisa e rigor acadêmico.

